

COMUNICAÇÕES

Da política e da religião na modernidade: breve fragmento a partir de seus sujeitos

Of politics and religion in modernity: a brief fragment
from their subjects

Wellington Teodoro da Silva*

Essa comunicação insere-se no ambiente temático desse congresso na medida em que as idéias – e os atos! – da transformação social passam, necessariamente, pela via da política, pensada e articulada a partir de seus próprios termos. A este estatuto ela foi alçada pela modernidade. A religião, por sua vez, de presença densa e sempre fundante ao longo do amplíssimo arco da história, atravessa a modernidade perpassando as dimensões existenciais todas do humano. Religião e política: lugares densos; produtores de sentidos; irresistíveis. Ambos articulam-se como atos de compreensão e de ação sobre e por sobre a realidade.

O problema que essa comunicação coloca é o da articulação entre essas duas realidades no nível do sentimento na pessoa humana. A sensação que a política moderna produz na pessoa conflita com aquela produzida pela experiência religiosa. Entretanto, observamos ao longo de toda a modernidade eventos político-religiosos cujos sujeitos operam no ambiente político a partir de uma visão de mundo religiosamente fundada e articulada. O fundamento religioso de sua compreensão da realidade não impede que esses sujeitos assumam a política sem reduzi-la. Em outro termos: inserem-se no Estado, empresa portadora do monopólio do poder político legitimamente constituído, e fazem uso dele em seus próprios termos. Religião, ao contrário do que se imaginaria, não é um complicador da política.

* Comunicação apresentada no Congresso da Sociedade de Teologia e Ciência da Religião com o tema *Religião e Transformação Social no Brasil Hoje*. Realizado em Belo Horizonte, dias 10 a 13 de julho de 2006.

* Professor de Cultura Religiosa PUC Minas; doutorando em Ciência da Religião – UFJF. e-mail: w.teodoro@uol.com.br

Após Maquiavel, a política passa a ser pensada em seus próprios termos. Ela emancipou-se da moral fundada na compreensão da realidade como parte do plano de uma realidade transcendente. Nesses termos, o exercício da política constituía-se num exercício de virtude religiosa com vistas para a realização na história dos desejos divinos.

Não podemos afirmar que o secretário florentino tenha separado a política da moral. É mais apropriado dizer que ele se ocupou de elaborar a política a partir de uma moral específica: a moral do governante. Nesses termos, ela passa a funcionar para a solução de dois problemas fundamentais e que lhe são próprios, a saber, a conquista do poder e a manutenção desse poder conquistado.

No ambiente moderno, o Estado conseguiu o êxito de ser a empresa portadora do monopólio do poder político. E poder aqui é o dado central. A pessoa que acessa o espaço de poder desse Estado, o governante, deve operar a política em seus próprios termos: nada acima de sua cabeça. O Estado é a instância máxima de poder do poder político na história e a legitimidade desse poder encontra-se na própria história.

O Estado, por sua vez, é uma empresa que se ocupa de potencializar o poder de intervenção desse sujeito. Essa potência o transforma num construtor e mantenedor de mundos. Potente. Os aparelhos do Estado funcionando de maneira articulada e coerente fazem o governante ter uma experiência pessoal de poder terrivelmente impactante. O governante sente-se acima da realidade do homem comum. E a ciência política afirma que ele efetivamente está nesse patamar particular. A política moderna impacta o sujeito elevando-o. Fazendo-o sentir-se criador.

A religião, por sua vez, produz na pessoa um outro tipo de sentimento, totalmente particular. Sentimento experimentado apenas diante da categoria especial do sagrado. Rudolf Otto considera o sagrado como “uma categoria de interpretação e de avaliação que, como tal, só existe no domínio religioso”. Ele é, portanto, o sítio hermenêutico fundamental para o estudo da religião. É o Princípio Vivo de todas as religiões.

O Sagrado é o Totalmente Outro e como tal não pode ser apreendido pelas nossas categorias de razão. Resta-nos, portanto, estudar a reação provocada na pessoa quando ela experimenta a consciência de estar diante Dele.

No exame e análise destes momentos e destes estados de recolhimento solene e de arrebatamento, convém observar – acrescente-se –, com toda a precisão possível, aquilo que não é comum aos estados de exaltação puramente moral, que experimentamos ao vermos uma boa ação, aquilo que forma, no seu conteúdo sentimental, o acréscimo que lhes é próprio. Sem

dúvida, no Cristianismo encontramos, em primeiro lugar, sentimentos que também encontramos, com menor intensidade, noutros domínios: sentimento de reconhecimento, de confiança, de amor, de segurança, de humilde submissão e de resignação. Mas todos estes sentimentos não esgotam de forma alguma a piedade, nem exprimem ainda as características, de um gênero totalmente particular, daquilo que é solene; não traduzem ainda a solenidade que distingue a estranha emoção que é o arrebatamento, tal como aparece na vida religiosa. (REFERÊNCIA, DATA, PÁGINA???)

Otto chama o sentimento próprio do estado do sujeito diante do numinoso como “O ‘sentimento do estado de criatura’, o sentimento da criatura que se abisma no seu próprio nada e desaparece perante o que está acima de toda a criatura.”. É o sentimento da dependência absoluta. Este é um sentimento subjetivo concomitante, um efeito. É a sombra de um outro sentimento, que este autor chama de “terror” que se relaciona com o Objeto fora do eu.

O Sentimento do “estado de criatura” é exclusivo do campo religioso. É uma singular reação da consciência diante do Sagrado.

Importa-nos, agora, propor de maneira mais adequada a pergunta-chave dessa comunicação: como os militantes religiosos que, por força da fé, assumem uma prática de militância política em diferenciados níveis na sociedade civil organizada articulam esses dois sentimentos opostos no mesmo ato existencial de fé-política? Dizendo de outra forma, como convive, no nível de suas consciências, o sentimento de “poder”, de “criar”, de “intervir” e “construir”, enfim, de “potência” que a prática da política moderna lhes oferece, com o sentimento de “dependência total”, de ser “criaturas”, próprio e específico da experiência religiosa?

Ambas, política e religião, marcam densa presença no arco experiencial desses sujeitos e não se situam em seus extremos opostos. A oposição de sentido desses sentimentos poderia apontar para uma necessária e mútua exclusão entre religião e política e uma disjunção na consciência da pessoa. Mas a história tem mostrado que esse conflito não existe de maneira necessária.

Como estes sentimentos coexistem neste mesmo arco?

A coexistência destes sentimentos contraditórios pode ser feita através da figura sociológica, histórica e teológica do profeta:

O profeta é portador de uma missão e de um carisma puramente pessoal. Sua ação é a de anúncio ou lembrança de uma doutrina religiosa. Seu dom implica uma imediata comunhão com a divindade. É por ela chamado e dela recebe um mandato direto. Sua sensibilidade incomum e sua intensa vida emocional são seus principais elementos de distinção. E, ainda e importante, “ele é uma consciência do grupo, tribo, nação ou Estado”. (Cf. WACH, 1990)

Estamos pensando num tipo ideal de militante político-religioso, em “estado puro”. Movido pela “idéia” apenas, sem nenhuma busca de compensação econômica individual. Seu interesse é que a sua prática política sirva como contributo para a construção do bem comum, para que todos tenham vida. Esta prática é voltada para a salvação, uma vez que possui referência em um Deus Ético, Pessoal, que insere seus mistérios na historicidade humana. Sua revelação na história é compreendida como um convite para que a humanidade participe de Seus mistérios como sujeitos.

A figura do profeta consegue atravessar a modernidade e viver sob a secularização sem que isto cause prejuízo do seu julgamento moral, com referência à vontade e aos planos da sua referência de divindade, no meio societário em que ele se encontre. Lembremos: o carisma do profeta é pessoal, incide na pessoa e não nas estruturas sociais. Ela pode, portanto, inserir-se na modernidade, utilizar de seu instrumental teórico e técnico e, ao mesmo tempo, agir segundo as vontades de sua referência de divindade.

A pessoa religiosa que, por força da fé, assume uma atividade de militância vive a práxis política como algo necessário em virtude de uma missão no mundo. A militância política é também, e ao mesmo tempo, uma anunciação religiosa de um Deus que não é eticamente indiferente.

A consciência de si como agente da vontade divina constrói nesse sujeito o sentimento de ser co-artífice de uma história humana inserida numa realidade de salvação. É criatura que se sente chamada a co-criar, criar junto. Este sujeito religioso-político não experimenta conflito entre o sentimento de dependência total e de ser criatura da religião e o sentimento de potência e de ser criador da política moderna porque ele se vê como uma criatura que é convidada pelo seu Deus para participar da Sua criação. Ele, em última instância, tem uma missão, age com referência ao Absoluto, diante do qual a razão moderna não passa de mero instrumento para os fins que realmente importam: os últimos, universais e sagrados.

Referências

ALVES, Rubem. *O enigma da religião*. 3. ed. Campinas: Papirus, 1984.

BERGER, Peter L. *O dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião*: São Paulo: Paulus, 1985.

BOBBIO, Norberto *et al.* *Dicionário de política*. 10. ed. Brasília: Editora UNB, 1997.

- CHILCOTE, Ronald H. **Teorias de política comparativa: a busca de um paradigma reconsiderado**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- MAQUIAVEL, Nicolau. **O príncipe**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- OTTO, Rudolf. **O sagrado**. Lisboa: Edições 70, 1992.
- RÉMOND, René. (Org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: UFJF / FGV, 1986.
- SPINOZA, Benedictus de. **Tratado político**. São Paulo: Abril, 1973. (Os Pensadores).
- SPINOZA, Benedictus de. **Tratado teológico-político**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- TILLICH, Paul. **A era protestante**. São Paulo: Ciências da Religião, 1992.
- TOURAINÉ, Alain. **Crítica da modernidade**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.
- SCHLEIERMACHER, Friedrich D. F. **Sobre a religião**. São Paulo: Novo Século, 2000.
- SCHMITT, Carl. **O conceito do político**. Petrópolis: Vozes, 1992.
- SOUZA, Nelson Rosário. **A igreja católica progressista e a produção do militante: cartografia de uma afinidade eletiva político-religiosa**. 1993. São Paulo: Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas.
- VAZ, Henrique Cláudio de Lima. **Mística e política: a experiência mística na tradição ocidental**. In: BINGEMER, Maria Clara L.; BARTHOLO, Roberto dos Santos. (Org.). **Mística e política**. São Paulo: Loyola, 1994.
- VELASCO, Martin J. **Introducción a la fenomenología de la religión**. Madrid: Ediciones Cristiandad, 1997.
- WACH, Joachim. **Sociologia da religião**. São Paulo: Edições Paulinas, 1990.
- WEBER, Max. **Ensaio de sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar, [19-].
- WEBER, Max. **A Ética protestante e o espírito do capitalismo**. 10. ed. São Paulo: Pioneira, 1996.
- WEBER, Max. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Brasília: Ed. UnB, 1991.
- WEBER, Max. **Ciência e política: duas vocações**. São Paulo: Cultrix, 2000.